



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

GABRIEL SANTOS RODRIGUES

**A SALVAÇÃO BÉLICA EM BERNARDO DE CLARAVAL: A CAVALARIA
DIANTE DA MORTE**

**São Cristóvão
2026**

GABRIEL SANTOS RODRIGUES

**A SALVAÇÃO BÉLICA EM BERNARDO DE CLARAVAL: A CAVALARIA
DIANTE DA MORTE**

**Trabalho apresentado como
requisito parcial para conclusão do
Curso de História-Licenciatura, do
Setor de Ciências Humanas.**

**Orientador: Prof. Dr. Bruno
Gonçalves Alvaro**

São Cristóvão

2026

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, registro minha sincera gratidão pela dedicação, disponibilidade e profissionalismo demonstrados desde os primeiros passos desta pesquisa. Sua postura prestativa, aliada à paciência e ao cuidado em cada orientação e observação, foi indispensável para o desenvolvimento deste estudo. Mais do que orientar uma pesquisa, conduziu todo o processo com comprometimento, respeito e incentivo, tornando essa experiência acadêmica mais enriquecedora.

À minha família, expresso minha gratidão pelo carinho, pela compreensão nos momentos em que foi necessário dedicar mais tempo aos estudos e pela confiança depositada em mim ao longo dessa trajetória. O apoio de vocês foi essencial para que esta conquista se tornasse possível.

Aos amigos que a universidade me presenteou, em especial Cleverton, Antony, Vitória, Vitória Rita e Elysa Carla, deixo meu sincero agradecimento pela amizade, pelas conversas, pelas risadas, pela parceria e por todos os momentos compartilhados durante a graduação. A presença de vocês tornou esse percurso mais leve, agradável e inesquecível.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha formação acadêmica e pessoal, contribuindo para a concretização deste trabalho. Levo comigo os ensinamentos, as experiências e os laços construídos ao longo dessa caminhada.

RESUMO

Esta pesquisa analisa como Bernardo de Claraval contribuiu para a construção da ideia de salvação do cristão guerreiro por meio do tratado *De Laude Novae Militiae*, elaborado no contexto de consolidação da Ordem dos Cavaleiros Templários no século XII. O objetivo consiste em compreender como o autor legitimou teologicamente a atuação militar dos cavaleiros cristãos, conciliando o exercício das armas com a busca pela salvação espiritual. A pesquisa possui caráter bibliográfico e fundamenta-se na análise do tratado de Bernardo de Claraval e de obras historiográficas sobre a Igreja medieval, as Cruzadas e a Ordem do Templo. Inicialmente, examina-se o fortalecimento da Igreja e as transformações promovidas pelo movimento cruzadístico. Em seguida, analisam-se os conceitos de *Novum Militiae Genus* e de malecídio, bem como o uso das Escrituras na construção da argumentação bernardina. Os resultados demonstram que Bernardo redefiniu a figura do guerreiro cristão ao apresentar o combate em defesa da fé como uma prática compatível com a doutrina cristã e capaz de conduzir à salvação. Conclui-se que *De Laude Novae Militiae* ultrapassa a defesa da Ordem dos Templários, constituindo uma importante fundamentação teológica para a legitimação das ordens militares e para a compreensão das relações entre religião, guerra e poder na Cristandade medieval.

Palavras-chave: Bernardo de Claraval; Cruzadas; Ordem dos Templários; salvação; teologia.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I: ENTRE A GUERRA E A FÉ: O CONTEXTO PRÉ-CRUZADÍSTICO	10
CAPÍTULO II: BERNARDO DE CLARAVAL E A SALVAÇÃO BÉLICA DO CRISTÃO GUERREIRO	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A relação entre fé e violência constitui uma das questões centrais para a compreensão da sociedade medieval. Entre os séculos XI e XIII, o fortalecimento da Igreja e o contexto das Cruzadas contribuíram para a construção de uma nova percepção sobre a guerra, que passou a ser apresentada não apenas como um conflito militar, mas também como uma prática associada à defesa da Cristandade e à salvação espiritual. Nesse período, a Igreja não atuava apenas como uma instituição religiosa. Sua influência estendia-se aos campos político, social e cultural, fazendo dela uma das principais organizadoras da sociedade medieval. Essa posição foi resultado de um longo processo de cristianização iniciado ainda na Antiguidade Tardia, que permitiu à instituição ampliar progressivamente sua autoridade e exercer forte influência sobre o comportamento e a mentalidade dos indivíduos.

Dentro desse contexto, a religiosidade ocupava posição central no cotidiano medieval. O homem desse período possuía uma visão hierofânica do mundo, marcada pela constante presença do sagrado nas relações sociais e nas práticas do dia a dia. Dessa forma, não havia uma separação clara entre o espiritual e o material, pois a fé orientava desde os ritos religiosos até as formas de organização política e social (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 227). A própria estrutura da sociedade encontrava legitimidade na ideologia cristã, sendo tradicionalmente dividida entre aqueles que oravam (*oratores*), os que guerreavam (*bellatores*) e os que trabalhavam (*laboratores*). Nesse contexto, a Igreja consolidou sua autoridade sobre a Cristandade ao estabelecer mecanismos de controle moral e social, regulando diferentes aspectos da vida cotidiana por meio do calendário litúrgico, dos sacramentos e das normas eclesiásticas.

Assim, ao longo da Idade Média, o fortalecimento institucional da Igreja foi acompanhado pela expansão do poder papal e pela crescente intervenção da instituição nos assuntos políticos. Movimentos reformistas ligados a mosteiros, como Cluny, defenderam a autonomia da Igreja em relação ao poder secular, contribuindo para a consolidação da supremacia papal no Ocidente (SILVA, 2019, p. 110). Ao mesmo tempo, a Igreja passou a mobilizar a sociedade cristã em torno da defesa da fé, sobretudo a partir da definição de inimigos internos e externos da Cristandade. Nesse contexto, as Cruzadas representaram um momento decisivo, pois transformaram a guerra em uma prática legitimada pela religião.

A convocação da Primeira Cruzada pelo papa Urbano II, no Concílio de Clermont, em 1095, marcou uma mudança significativa na relação entre combate e espiritualidade. Ao prometer indulgências e a remissão dos pecados aos participantes da expedição, a Igreja passou a apresentar uma nova interpretação sobre a prática militar, aproximando a guerra da ideia de penitência e salvação (SILVA, 2019, p. 94). Esse processo esteve diretamente relacionado à reformulação do conceito de "guerra justa", originalmente desenvolvido por Santo Agostinho. A partir do contexto das Cruzadas, a guerra deixou de ser compreendida apenas como um recurso político destinado à reparação de injustiças e passou a assumir um caráter sagrado, sendo apresentada como uma forma legítima de serviço à fé cristã (DEMURGER, 2007, p. 40).

Nesse cenário, destaca-se Bernardo de Claraval (1090–1153), monge cisterciense e uma das principais figuras religiosas do século XII. Sua atuação ultrapassou os limites da vida monástica, alcançando os campos político e religioso. Bernardo participou diretamente das discussões relacionadas às Cruzadas e à legitimação das ordens militares. Conforme analisa Salles (2008, p. 18), sua atuação foi fundamental para o processo de "militarização do cristianismo" e de "cristianização da cavalaria".

Entre suas obras, destaca-se o tratado *De laude novae militiae* (*Elogio da Nova Cavalaria*), escrito entre 1120 e 1136. O documento ocupa posição central para a compreensão dessa nova mentalidade. Produzido no contexto de consolidação da Ordem dos Cavaleiros Templários, o texto apresenta uma fundamentação teológica capaz de justificar o uso das armas em defesa da fé cristã. Nele, Bernardo formula o conceito de *novum militiae genus*, ou "nova espécie de cavalaria", propondo a figura do *miles Christi*, o soldado de Cristo. Nesse modelo, o cavaleiro deixa de combater motivado pela busca da glória pessoal e passa a exercer uma função religiosa, associando o combate à penitência e à salvação espiritual.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho busca analisar como Bernardo de Claraval articulou a relação entre guerra e salvação no contexto da Cristandade medieval, especialmente por meio do tratado *De laude novae militiae*. O problema central da pesquisa consiste em compreender de que maneira o autor construiu uma fundamentação teológica capaz de legitimar a violência praticada pelos cavaleiros cristãos, inserindo-a na lógica da defesa da fé, da penitência e da redenção espiritual.

A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que Bernardo de Claraval atribuiu um sentido espiritual à atividade militar, transformando a guerra em um instrumento legítimo de salvação.

Dessa forma, o combate realizado em defesa da cristandade deixava de ser visto apenas como uma prática violenta e passava a representar uma forma de serviço religioso, capaz de garantir ao guerreiro a remissão de seus pecados e a proximidade com o sagrado.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o pensamento de Bernardo de Claraval acerca da salvação dos cristãos guerreiros, tomando como base o tratado *De laude novae militiae*. Como objetivos específicos, busca-se compreender o contexto histórico e religioso das Cruzadas; analisar o processo de transformação da cavalaria medieval sob influência da Igreja; investigar a construção da figura do *miles Christi* no pensamento bernardino; e refletir sobre a relação entre guerra, penitência e salvação na espiritualidade medieval.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como o discurso religioso medieval foi capaz de legitimar práticas de violência em nome da fé. O estudo dessa temática permite compreender como religião, poder e violência se articularam na Cristandade medieval, evidenciando que as concepções sobre guerra e salvação não permaneceram estáticas, mas foram constantemente reinterpretadas conforme as necessidades políticas e religiosas do período. Nesse sentido, analisar o pensamento de Bernardo de Claraval contribui para compreender os mecanismos pelos quais a Igreja medieval legitimou determinadas práticas militares e redefiniu o papel do guerreiro cristão.

Para o desenvolvimento da análise, o trabalho utiliza como principal fonte histórica o tratado *De laude novae militiae*, de Bernardo de Claraval, documento constitui uma das importantes fontes para compreender a construção da legitimidade religiosa da guerra no contexto das Cruzadas. A pesquisa também dialoga com autores fundamentais para o estudo do período medieval e da temática proposta, como Hilário Franco Júnior (2001), Marcelo Cândido da Silva (2019), Jean Flori (2005), Alain Demurger (2007) e Bruno Tadeu Salles (2008), cujas contribuições permitem compreender a formação da cavalaria cristã, o contexto das Cruzadas e a legitimação religiosa da guerra.

Por fim, a monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro discute a presença da Igreja na sociedade medieval, o fortalecimento da autoridade eclesiástica e a construção da ideia de guerra santa. O segundo capítulo aborda a trajetória de Bernardo de Claraval e sua atuação na formulação da “nova cavalaria cristã” e analisa o tratado *De laude novae militiae*, destacando

os principais conceitos utilizados pelo autor para justificar a guerra em nome da fé e construir a ideia de salvação bélica no pensamento bernardino.

CAPÍTULO I: ENTRE A GUERRA E A FÉ: O CONTEXTO PRÉ-CRUZADÍSTICO

Para compreender a formulação da ideia de salvação bélica no pensamento de Bernardo de Claraval, torna-se necessário analisar o contexto religioso e político da sociedade medieval. Entre os séculos V e XV, a fé católica esteve profundamente presente no cotidiano europeu, de modo que a Igreja não funcionava apenas como uma instituição religiosa isolada, mas como o eixo central da vida social, moldando práticas, comportamentos e relações entre os indivíduos. De acordo com Silva (2019, p. 81), essa integração entre Igreja e sociedade foi resultado de um longo processo de cristianização iniciado ainda na Antiguidade Tardia. Diante desse cenário, consolidaram-se as bases que permitiram à instituição exercer forte influência sobre a cultura e o comportamento nos séculos seguintes.

Essa influência manifestava-se até mesmo na organização dos espaços urbano e rural, uma vez que paróquias e dioceses constituíam elementos fundamentais da organização territorial. Essa presença também se estendia à organização da vida cotidiana, a Igreja estabelecia mecanismos de regulação do tempo social, tanto por meio dos sinos, que indicavam os momentos de oração, trabalho e descanso, quanto pelo calendário litúrgico, responsável por organizar festividades, jejuuns e celebrações religiosas. A instituição ainda determinava ritos que marcavam a vida dos fiéis, como o batismo, a confissão, a penitência e o casamento, entre outros (SILVA, 2019, p. 83). Como observa Salles (2008), esse conjunto de práticas demonstra que a Igreja não apenas orientava a espiritualidade, mas regulava o funcionamento da sociedade medieval como um todo, influenciando diretamente a ética e o comportamento.

Esse amplo poder exercido pela Igreja foi consequência de um processo histórico de fortalecimento institucional. Conforme aponta Silva (2019, p. 86), a instituição era composta inicialmente por pequenas comunidades autônomas e com pouco contato entre si. Esse cenário começou a mudar a partir do século IV, quando o cristianismo deixou a clandestinidade. Em 313, o imperador Constantino legalizou o culto cristão no Império Romano e, pouco depois, em 325, o Concílio de Niceia estabeleceu um novo direcionamento para a organização eclesiástica. Convocado pelo próprio imperador, o concílio buscou estruturar a Igreja em torno da autoridade episcopal, permitindo a união das diversas comunidades sob uma hierarquia mais coesa. Segundo o autor, esse movimento foi fundamental para a consolidação da autoridade dos bispos, conferindo à Igreja a força política e social necessária para sua expansão no Ocidente.

Com o fortalecimento dessa estrutura hierárquica, a Igreja ampliou progressivamente seu controle sobre a vida social e moral. A instituição passou a estabelecer normas que regulavam desde a organização familiar até a conduta individual. Essa autoridade teve influência para que decisões de grande impacto, como as Cruzadas, fossem aceitas como expressões legítimas da vontade divina (SILVA, 2019, p. 86). Sob essa lógica, a centralização institucional criou as bases necessárias para que a violência pudesse, posteriormente, ser reinterpretada dentro de uma perspectiva religiosa. Como observa Salles (2008), esse cenário possibilitou que autores como Bernardo de Claraval apresentassem a guerra como um caminho possível para a salvação.

Paralelamente, a busca pela unidade cristã contribuiu para a definição de inimigos da fé, tanto internos quanto externos. Internamente, destacavam-se os grupos considerados heréticos, que passaram a ser perseguidos; externamente, judeus e pagãos eram vistos como ameaças à ordem cristã (SILVA, 2019, p. 106). Essa lógica contribuiu para a formação do que Silva (2019) define como uma “sociedade persecutória”, posteriormente institucionalizada com a criação de mecanismos como a Inquisição, no século XII, na qual a repressão religiosa funcionava como instrumento de controle da Igreja. Tais práticas reforçaram a autoridade papal e ampliaram o poder da Igreja sobre a Cristandade.

Esse processo foi intensificado pelo movimento reformista, especialmente a partir de mosteiros como Cluny, que defendiam a *libertas ecclesiae*, isto é, a autonomia da Igreja em relação ao poder secular. A crítica à simonia e à interferência leiga resultou em conflitos como a Querela das Investiduras, marcando a afirmação da supremacia papal. Essa centralização foi importante para que a Igreja se consolidasse como a principal liderança do Ocidente medieval e pudesse mobilizar a sociedade em torno de grandes expedições militares. Apesar desse fortalecimento, a Cristandade medieval não era homogênea, uma vez que diferenças doutrinárias e políticas, como a divisão entre Oriente e Ocidente, coexistiam com o avanço da autoridade eclesiástica.

Além da dimensão religiosa e política, a presença da Igreja também se expressava de forma significativa no campo econômico. Ao analisar a economia medieval, Franco Júnior (2001) destaca que a Igreja se consolidou como uma das principais forças econômicas da Cristandade. Segundo o autor, a instituição tornou-se a maior proprietária fundiária do Ocidente medieval. Diferentemente da nobreza laica, cujo patrimônio era frequentemente fragmentado pelas heranças, as propriedades eclesiásticas permaneciam indivisas em razão do celibato

clerical, favorecendo a constante ampliação de seus domínios. Como resultado desse processo, estima-se que, no século IX, a Igreja controlasse aproximadamente um terço das terras cultiváveis da Cristandade ocidental (FRANCO JR, 2001, p. 160). Franco Júnior (2001) também ressalta que esse patrimônio era ampliado não apenas pelas doações realizadas por reis, nobres e fiéis, mas também pela arrecadação do dízimo, transformado em obrigação legal durante o governo de Pepino, o Breve.

Mais do que acumular riquezas, a Igreja utilizava sua posição econômica para legitimar uma concepção cristã sobre a própria atividade econômica. A instituição condenava a usura por compreender que o dinheiro não poderia produzir dinheiro e que o tempo pertencia exclusivamente a Deus. Da mesma forma, difundia a noção de "preço justo", posteriormente sistematizada por São Tomás de Aquino, segundo a qual as trocas deveriam ocorrer por valores compatíveis com o mercado, evitando abusos e monopólios. Embora reconhecesse a propriedade privada como um direito legítimo, a Igreja defendia que sua utilização deveria estar subordinada ao bem comum, fazendo com que a riqueza adquirisse também uma função social.

Ainda segundo Franco Júnior (2001, p. 90), a atuação econômica da Igreja também se manifestava por meio de suas instituições. O autor observa que as grandes catedrais, embora constituíssem importantes centros religiosos e símbolos da identidade urbana, frequentemente representavam uma "imobilização estéril de grandes capitais", podendo limitar o desenvolvimento comercial de algumas cidades, como Beauvais. Por outro lado, destaca que as ordens mendicantes desempenharam papel relevante na adaptação da Igreja ao crescimento da economia urbana. Em vez de condenarem a riqueza de forma absoluta, essas ordens incentivavam práticas como a caridade e a esmola, permitindo que a burguesia mercantil conciliasse o enriquecimento material com os princípios da moral cristã.

Percebe-se, portanto, que a atuação da Igreja no campo econômico não se limitava à acumulação de bens. A instituição também buscava disseminar a reflexão moral sobre as relações de troca, elaborando princípios relacionados à usura, ao "preço justo" e ao equilíbrio econômico. Dessa forma, procurava integrar as práticas comerciais aos valores cristãos, mantendo sua influência sobre diferentes esferas da sociedade medieval (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 84-87). Embora essa atuação econômica não se relacione diretamente à prática da guerra, ela evidencia o alcance da autoridade eclesiástica sobre a sociedade medieval, demonstrando sua capacidade de regulamentar não apenas a espiritualidade, mas também a economia.

Figura 1- Na ilustração veem-se as gruas, uma inovação utilizada na construção de catedrais góticas



Fonte: Bridgeman/ACI, apud National Geographic Portugal (2023)

Essa ampla presença da Igreja na vida medieval também esteve associada à expansão do cristianismo e ao fortalecimento do monasticismo. Santos e monges estiveram presentes na difusão dos valores cristãos, especialmente por meio das comunidades monásticas, cuja organização estruturava a vida espiritual e material dos indivíduos (SILVA, 2019, p. 81). A Regra de São Bento constitui um dos principais exemplos desse modelo ao estabelecer o equilíbrio entre oração e trabalho (*ora et labora*). Tal disciplina ultrapassava os limites do mosteiro e servia como referência para a própria sociedade medieval. Os mosteiros tornaram-se importantes centros de produção econômica, intelectual e cultural, projetando um ideal de vida ordenada e espiritualizada.

Essa estrutura serviu para a formulação posterior de pensamentos que buscavam conciliar espiritualidade e ação militar, como a proposta desenvolvida por Bernardo de Claraval. Esse dilema tornou-se ainda mais evidente durante as Cruzadas, entre os séculos XI e XIII, com a convocação da Primeira Cruzada pelo papa Urbano II, no Concílio de Clermont, em 1095. Ao prometer indulgências aos participantes da expedição, estabeleceu-se uma nova conexão entre combate e salvação. A guerra passou a ser compreendida como uma prática legítima dentro da fé cristã. Como sintetiza Silva (2019, p. 96), a condenação da violência interna foi acompanhada pela sacralização da violência externa.

É dentro desse contexto que Demurger (2007, p. 40) destaca que a noção de guerra justa surgiu da necessidade de conciliar a violência com os ensinamentos cristãos de paz. Fundamentada nas ideias de Santo Agostinho, a guerra seria considerada justa quando tivesse como finalidade reparar injustiças, punir ofensores ou restaurar a paz. Para isso, deveria ser declarada por uma autoridade legítima, possuir causa justa e apresentar uma intenção correta. Sua função, portanto, seria essencialmente reparadora.

No entanto, no contexto pré-cruzadístico ocorreu uma reinterpretação desse conceito. A guerra santa passou a ser apresentada como uma espécie de “sacralização” da guerra justa, atribuindo ao combate um valor espiritual meritório. Conforme destaca Demurger (2007, p. 42), ela era considerada a “mais justa das guerras”, pois era realizada em defesa da fé e da Igreja contra inimigos externos, os infiéis, e internos, os heréticos. Diferentemente da guerra justa, a guerra santa oferecia recompensas espirituais, como a remissão dos pecados e a possibilidade do martírio. Assim, o combate deixava de representar apenas uma necessidade política e assumia um significado religioso e penitencial.

Embora a guerra justa tivesse como finalidade o restabelecimento da paz, a guerra santa passou a ser vista como o caminho mais direto para alcançá-la, pois representava o combate realizado em nome de Cristo (DEMURGER, 2007, p. 43). Esses conceitos foram fundamentais para legitimar instituições como a Ordem do Templo, articulando teoria religiosa e prática militar dentro da Cristandade medieval.

Nesse cenário, o pensamento de Bernardo de Claraval ganha destaque com a formulação do conceito de *Novum Militiae Genus*. A proposta do monge cisterciense unia vida monástica e prática militar, criando a figura do “monge-soldado”. O combate deixava de ser motivado por interesses individuais e passava a ser entendido como um serviço religioso. Essa transformação implicou uma mudança na percepção da guerra, agora apresentada como um meio de aproximação com o sagrado. O cruzado assumia uma identidade híbrida, reunindo características de peregrino, penitente e guerreiro (SALLES, 2008, p. 18).

Essa nova concepção também influenciou os cavaleiros. Como destaca Flori (2005), a cavalaria consolidou-se por volta do ano 1000 como um grupo social distinto, formado pelos *milites*, guerreiros especializados no combate a cavalo. Segundo ele (2005, p. 13):

Em torno do ano 1000, forma-se assim uma nova classe social que cavalga: a classe dos cavaleiros, os *milites*, que aparecem cada vez com mais frequência nos textos dessa época, demonstrando a militarização da sociedade desse

tempo. Isentos dessas diversas taxações, eles se separam da massa camponesa e se aproximam da aristocracia; tentam fundir-se com a nobreza e conseguem isso em datas que variam conforme as regiões

Inicialmente, sua atuação estava fortemente associada à violência e à exploração, marcada por conflitos locais e abusos contra populações camponesas (FLORI, 2005, p. 43). Diante desse cenário, a Igreja buscou disciplinar essa classe por meio de rituais e de uma nova ética religiosa. O adubamento passou a incorporar elementos cristãos, enquanto movimentos como a Paz de Deus estabeleceram limites à violência (SILVA, 2019, p. 68; FLORI, 2005, p. 44-45).

O uso da violência era ressignificado no ideal dos cavaleiros cristãos. Enquanto a cavalaria secular permanecia associada à busca por glória pessoal, riqueza e poder, a cavalaria cristã era concebida como uma vocação orientada pelo serviço a Deus e pela defesa da fé. Ele passava a ser visto como instrumento da justiça divina (SALLES, 2008, p. 58). Contudo, para que esse ideal pudesse se consolidar, a Igreja precisou primeiro intervir em uma realidade marcada pela desordem e pela violência da classe guerreira medieval.

À medida que a ética cavaleiresca foi submetida aos valores cristãos, surgiram as condições necessárias para a criação de instituições que unissem fé e armas sob uma mesma regra. Como consequência desse processo, ocorreu a formação da Ordem dos Cavaleiros Templários, criada em Jerusalém por volta de 1120 com o objetivo de representar e sustentar os ideais da Cruzada, tendo a atuação de Bernardo de Claraval como decisiva para sua legitimação (DEMURGER, 2007, p. 17).

Assim, a canalização da violência cavaleiresca para as Cruzadas representou um ponto importante dentro desse cenário. A guerra passou a ser entendida como forma de penitência, integrando a cavalaria ao projeto religioso da Igreja (FLORI, 2005, p. 136). As ordens militares passaram a simbolizar essa união entre disciplina monástica e prática guerreira, demonstrando como o combate foi incorporado à espiritualidade medieval.

Nessa perspectiva, a Primeira Cruzada consolidou a transformação da guerra em instrumento espiritual. Ao oferecer indulgência plena aos participantes, Urbano II redefiniu o papel do guerreiro, que passou a atuar como *Miles Christi*. A promessa de remissão dos pecados reforçou a ideia de que o combate poderia conduzir à salvação (SILVA, 2019, p. 94). Ainda

que as Cruzadas também envolvessem interesses políticos e econômicos, a noção de guerra santa estruturou profundamente a mentalidade medieval (SILVA, 2019, p. 96).

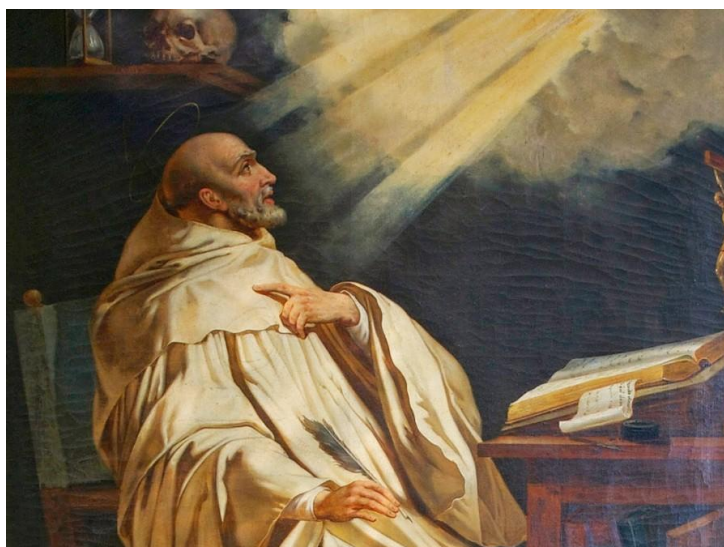
Diante do que foi exposto, observa-se que a relação entre fé e guerra na Idade Média não surgiu de forma isolada, mas resultou de um longo processo de organização institucional, disciplinamento social e construção teológica conduzida pela Igreja. Ao estruturar a sociedade medieval, regular comportamentos e redefinir o papel da cavalaria, a instituição criou as condições necessárias para que a violência fosse reinterpretada dentro de uma lógica religiosa. Nesse percurso, conceitos como guerra justa e guerra santa permitiram a transformação do combate em prática legítima e, posteriormente, em instrumento de salvação. A atuação de Bernardo de Claraval representa a sistematização desse processo ao oferecer uma fundamentação teológica capaz de integrar a prática militar à espiritualidade cristã. Assim, a guerra deixa de ser compreendida apenas como conflito e passa a ser incorporada como parte do caminho religioso, abrindo espaço para a formulação da ideia de salvação bélica, que será aprofundada no tópico seguinte.

CAPÍTULO II: BERNARDO DE CLARAVAL E A SALVAÇÃO BÉLICA DO CRISTÃO GUERREIRO

Conforme discutido no capítulo anterior, a consolidação da autoridade da Igreja e o contexto das Cruzadas favoreceram o desenvolvimento de novas interpretações acerca da guerra e da atuação dos cavaleiros cristãos. Entre os principais responsáveis por essa elaboração destaca-se Bernardo de Claraval. Compreender sua trajetória e sua produção intelectual torna-se, portanto, fundamental para analisar a formulação da chamada "salvação bélica".

Bernardo de Claraval (1090 - 1153) foi uma das figuras mais influentes do cristianismo medieval. Nascido em uma família da nobreza da Borgonha, ingressou ainda jovem no mosteiro de Cister, onde se tornou o principal representante da espiritualidade cisterciense no século XII. Sua atuação não se limitou à vida monástica. Bernardo exerceu grande influência nos campos político, intelectual e religioso, tornando-se uma das maiores autoridades da Cristandade medieval. Segundo Salles (2008, p. 52), sua importância ultrapassava a condição de monge dedicado à contemplação, pois foi capaz de articular espiritualidade, autoridade e intervenção política, consolidando-se como uma referência para diferentes setores da sociedade europeia.

Figura 2 - São Bernardo de Claraval



Fonte: Rainha de Todos os Santos (2025)

Filho de uma família de média nobreza da Borgonha, formada por cavaleiros, Bernardo cresceu em um ambiente marcado pela cultura militar própria da aristocracia medieval. Ao mesmo tempo, sua formação foi profundamente influenciada por sua mãe, Aleth de Montbard, que, segundo as fontes hagiográficas, dedicou-se à educação religiosa dos filhos desde a

infância. A combinação entre a tradição cavaleiresca da família e a intensa formação espiritual recebida por Bernardo foi decisiva para moldar uma concepção de religiosidade que, mais tarde, possibilitaria a aproximação entre o universo monástico e o universo guerreiro.

Ainda jovem, Bernardo ingressou na recém-fundada Ordem de Cister, em 1112, levando consigo diversos parentes e companheiros, fato que evidencia seu notável poder de persuasão e liderança. Sua atuação foi decisiva para a expansão do movimento cisterciense, tornando-o uma das principais autoridades religiosas de seu tempo. Além da influência espiritual, destacou-se como importante articulador político ao defender a superioridade da autoridade eclesiástica sobre o poder secular. Sua concepção das chamadas "duas espadas" afirmava que tanto o poder espiritual quanto o temporal deveriam estar subordinados à Igreja. Essa ideia serviria, posteriormente, de fundamento para sua defesa da atuação militar em nome da fé.

Sua trajetória deve ser compreendida no contexto das reformas eclesiásticas e do fortalecimento da autoridade papal entre os séculos XI e XII. Nesse período, a Igreja buscava reorganizar suas estruturas, combater práticas consideradas corruptas e ampliar sua autoridade sobre a Cristandade. Ao mesmo tempo, as Cruzadas impunham novos desafios ao pensamento cristão. Conforme observa Demurger (2007, p. 17), a Igreja precisava disciplinar a violência da cavalaria e garantir a proteção dos peregrinos na Terra Santa. Nesse contexto, a legitimidade do guerreiro cristão tornou-se uma das principais questões enfrentadas pela Cristandade.

Antes das Cruzadas e da consolidação das ordens militares, a atividade guerreira era frequentemente percebida como incompatível com a vida espiritual. O cavaleiro cristão vivia um dilema moral: ao mesmo tempo em que sua função social exigia o uso da violência, a salvação da alma parecia depender do afastamento do mundo secular e do ingresso na vida monástica. Como destaca Demurger (2007, p. 48), o guerreiro que desejava garantir sua salvação precisava, em muitos casos, abandonar as armas e retirar-se para um mosteiro. Foi nesse contexto que Bernardo de Claraval assumiu um papel decisivo ao formular uma justificativa teológica capaz de conciliar o combate militar com a redenção espiritual.

Além de sua atuação política, Bernardo também produziu uma vasta obra intelectual, composta por sermões, tratados, cartas e textos teológicos voltados à defesa da espiritualidade cisterciense. Entre esses escritos, destaca-se o *De Laude Novae Militiae (Elogio da Nova Cavalaria)*, tratado que se tornou uma das principais fontes para compreender a construção da ideia de guerra santa e a legitimação da figura do monge-guerreiro.

O *De Laude Novae Militiae* foi elaborado durante o processo de consolidação da Ordem dos Templários. Embora sua redação seja geralmente situada entre as décadas de 1120 e 1130, a data exata ainda é objeto de debate entre os historiadores. Salles (2008, p. 15) reúne algumas das principais interpretações sobre a cronologia da obra. Para Gregorio Diez Ramos (1953–1955), o tratado teria sido escrito entre 1132 e 1136, após o Concílio de Troyes. Jean Leclercq (1957), por sua vez, defende uma data anterior à morte de Hugo de Payns, ocorrida em 1136. Já Alain Demurger (2007, p. 67-68) propõe que o texto tenha sido redigido entre 1126 e 1129. Segundo o autor:

Endereçado a 'Hugo, cavaleiro de Cristo e mestre da cavalaria de Cristo', essa obra data necessariamente do período em que Hugo de Payns era mestre. Os historiadores geralmente situam sua redação após o Concílio de Troyes e antes da morte de Hugo, em 1136; propusemos 1130-1131. Mas é preciso associar o texto de São Bernardo à carta de *Hugo Peccator*. No *De laude*, o Templo não é designado como *ordo*, e São Bernardo só fala de cavalaria de Cristo. Ora, a regra composta no Concílio de Troyes apresenta o nome que, a partir de então, a Ordem carregará. Do mesmo modo, no texto, a nova cavalaria é anunciada; ela está para acontecer, é uma promessa. São Bernardo não faz nenhuma alusão à regra em sua exortação. Há elementos semelhantes entre a regra e o *De laude*; porém, entre este último e o sermão de *Hugo Peccator* há ainda mais. Isso levou Dominic Selwood a propor uma data anterior ao Concílio de Troyes para o *De laude*. Teríamos então a seguinte sequência: a carta de Balduino II, o *Sermo* de *Hugo Peccator*/Hugo de Payns; o *De laude* de São Bernardo; e, por fim, a regra do Templo — tudo isso se situando entre o final de 1126 e janeiro de 1129.

A interpretação proposta por Demurger (2007) é compartilhada por Salles, que argumenta que o tratado descreve os Templários ainda como uma cavalaria em formação, e não como uma ordem plenamente institucionalizada. Essa leitura é sustentada pelo próprio conteúdo da obra, já que Bernardo não faz referência direta à regra templária já consolidada. Como observa Demurger (2007, p. 67), o autor "não faz nenhuma alusão à regra em sua exortação", indicando que a nova cavalaria ainda se encontrava em processo de legitimação institucional.

A elaboração do documento esteve diretamente relacionada à atuação de Hugo de Payns, primeiro mestre da Ordem dos Templários. Ele é reconhecido como uma das figuras centrais na fundação da Ordem do Templo, sendo descrito, ao lado de Godefroy de Saint-Omer, como um dos “homens veneráveis” que, por volta de 1120, fizeram voto de castidade, obediência e renúncia à propriedade diante do patriarca de Jerusalém, dando origem a uma confraria militar dedicada inicialmente à proteção dos peregrinos na Terra Santa.

Sua atuação foi importante não apenas na organização prática da ordem, mas também na sua legitimação espiritual, uma vez que teria sido o principal incentivador do tratado *De Laude Novae Militiae*. Além disso, alguns autores atribuem a Hugo a provável redação da carta conhecida como “Hugo Peccator”, na qual ele encorajava seus companheiros a perseverarem no ofício das armas, refutando a ideia de que sua atuação seria ilícita, e recorrendo a metáforas para afirmar a utilidade e a humildade da missão templária na defesa da Igreja.

Antes da consolidação oficial da Ordem, Hugo e seus companheiros estavam vinculados à obediência dos cônegos do Santo Sepulcro, e sua liderança também se destaca no plano social, já que, embora pertencente à nobreza, chegou a reunir cavaleiros descontentes com a inatividade sob comando exclusivamente clerical, sendo eleito mestre para conduzi-los em combate; nesse contexto, até mesmo figuras de alta linhagem, como o conde Hugo de Champagne, chegaram a se submeter à ordem como simples cavaleiro.

Segundo Salles (2008), a relação entre Bernardo e Hugo pode ser compreendida como um diálogo entre dois tipos de *milites Christi*: o guerreiro espiritual e o guerreiro físico. Foi Hugo quem solicitou repetidamente ao abade e o próprio Bernardo reconhece essa insistência na abertura da obra:

Me pediste una, dos y tres veces, si no me engaño, Hugo caríssimo, que te hiciese un discurso de exhortación para ti y para tus caballeros”. Y, como no me era permitido servirme de la lanza contra los insultos de los enemigos, deseaste que, a lo menos, emplease ,mi lengua y mi ingenio contra ellos, asegurándome que no te haría um pequeno socorro si animaba con mi pluma a los que no podia animar por el ejercicio de las armas. (BERNARDO DE CLARAVAL, 1955, p. 852).

Em outro trecho, Bernardo de Claraval (p. 852) manifesta sua resolução em realizar o que está ao seu alcance, motivado pelo receio de que sua hesitação fosse interpretada como falta de vontade e não como uma limitação de suas capacidades. Essas passagens demonstram que o tratado surgiu como resposta a uma necessidade concreta da Ordem do Templo: justificar espiritualmente a existência de uma cavalaria religiosa. Hugo de Payns buscava solucionar o dilema moral enfrentado pelos guerreiros cristãos, que precisavam conciliar o exercício das armas com a busca pela salvação eterna.

A necessidade desse respaldo teológico torna-se ainda mais compreensível quando se considera que a Ordem do Templo ainda se encontrava em seus primeiros anos de existência.

Embora seus membros já desempenhassem funções militares na Terra Santa, sua identidade permanecia indefinida perante a Cristandade. Não bastava combater em defesa dos peregrinos; era preciso demonstrar que essa atividade não contrariava os princípios da fé cristã. Como observa Salles (2008), o tratado de Bernardo não se limita a elogiar os Templários. Seu objetivo era oferecer uma fundamentação teológica para a nova cavalaria, construindo uma compreensão diferente do ofício militar. Com isso, o autor procurava demonstrar que o uso das armas, quando subordinado à vontade de Deus e à defesa da fé, poderia integrar o caminho da salvação cristã.

Nesse sentido, o abade formulou uma nova concepção de cavalaria. O uso das armas passava a estar subordinado à autoridade espiritual da Igreja, respondendo ao dilema vivido pelos guerreiros cristãos antes das Cruzadas. O combate deixava de ser associado apenas à glória pessoal e à violência desordenada para ser entendido como um serviço prestado à Cristandade e um caminho para a salvação.

É nessa perspectiva que o *De Laude Novae Militiae* apresenta aquilo que Bernardo define como *Novum Militiae Genus*, isto é, uma "nova espécie de cavalaria", resultante da união entre a disciplina monástica e o exercício das armas. Como aponta Salles (2008, p. 24–25), Bernardo descreve essa nova milícia como herdeira direta do combate travado por Cristo contra o mal. Demurger (2007) reforça essa interpretação ao afirmar que o abade criou uma nova categoria no interior da Cristandade medieval, reunindo elementos que, até então, eram considerados incompatíveis. Segundo o autor, "o próprio São Bernardo associa as palavras 'monges' e 'cavaleiros'" (DEMURGER, 2007, p. 65).

A expressão *Novum Militiae Genus* não indica apenas o surgimento de uma nova ordem militar, mas de um novo modelo de guerreiro cristão. A novidade não estava no uso das armas, prática comum entre a nobreza medieval, mas no sentido atribuído ao combate. Enquanto o cavaleiro feudal buscava honra, prestígio e recompensas materiais, o templário deveria lutar exclusivamente em defesa da fé e em obediência a Deus. Como demonstra Salles (2008, p. 15), Bernardo procura romper com a imagem da cavalaria secular para construir uma nova identidade para o guerreiro cristão, na qual a disciplina religiosa orienta a prática militar.

A santificação proposta por Bernardo não dependia apenas da participação nas batalhas. O combate travado contra os inimigos da fé deveria ser acompanhado por um combate interior, manifestado na disciplina cotidiana da Ordem. No *De Laude Novae Militiae*, os templários são descritos como homens que rejeitavam os luxos característicos da cavalaria secular. Vestiam

roupas simples, alimentavam-se com moderação e viviam sob rigorosa obediência aos superiores. A pobreza voluntária, a vida em comunidade e a renúncia às vaidades faziam parte desse ideal de vida, demonstrando que a nova cavalaria não se distinguia apenas pela forma de combater, mas também pelo modo de viver.

Dessa maneira, a proposta templária rompeu com a lógica tradicional segundo a qual o guerreiro precisava abandonar as armas para alcançar a redenção espiritual. Bernardo ofereceu aos cavaleiros uma nova possibilidade de salvação, baseada na santificação por meio do próprio combate, desde que este fosse realizado em defesa da fé cristã e em obediência à disciplina religiosa. Essa nova compreensão da atividade guerreira encontra sua expressão mais clara no conceito de "malecídio", desenvolvido no Capítulo III do *De Laude Novae Militiae*.

O conceito de malecídio representa uma das formulações teológicas mais originais desenvolvidas por Bernardo de Claraval. Seu principal desafio era conciliar a atividade militar com a condenação cristã do homicídio. Em outras palavras, era preciso demonstrar que o uso das armas em defesa da fé não contrariava os princípios do cristianismo. Para isso, o abade estabeleceu uma distinção entre o homicídio comum e a eliminação daquele que representava o mal para a Cristandade. Assim, Bernardo argumenta que o templário não deveria ser considerado homicida ao combater os inimigos da fé:

Ciertamente, cuando mata a un malhechor, no pasa por un homicida, antes bien, si me es permitido hablar así, por un malicida; por el justo vingador de Jesuscrsito en la persona de los pecadores y por el legítimo defensor de los crstianos. Y cuando él mismo perde la vida, esto para él es una ventaja más que una pérdida". (BERNARDO DE CLARAVAL, 1955, p. 857).

A distinção proposta por Bernardo desloca o foco da ação para a intenção que orienta o combate. O pecado deixa de ser determinado apenas pelo ato de matar e passa a depender da finalidade espiritual da ação. Quando realizado em defesa da fé e sob autoridade legítima, o uso da violência deixa de ser compreendido como um crime e passa a representar um ato de justiça divina. Dessa forma, o cavaleiro ocupa uma posição singular na Cristandade, pois sua espada deixa de servir aos interesses particulares e passa a atuar como instrumento da vontade de Deus.

A noção de "malecídio" ocupa lugar central na construção da chamada "salvação bélica". Para Bernardo, o combate realizado em defesa da fé não impedia a salvação da alma. Ao contrário, quando orientado pela vontade de Deus, ele passava a ser compreendido como uma prática penitencial e religiosa. Dessa forma, o guerreiro cristão deixava de ser apenas um

homem de armas para tornar-se um defensor legítimo da Cristandade, capaz de alcançar mérito espiritual no próprio exercício da atividade militar.

O próprio Bernardo sustenta que o cavaleiro de Cristo atua como ministro de Deus e que sua morte, quando ocorre em defesa da fé, representa uma vantagem espiritual. Nas palavras do autor: “Si muere, a sí se hace el bien; si mata, lo hace a Jesucristo, porque no lleva en vano a su lado la espada, pues es ministro de Dios para hacer la venganza sobre los malos y defender la virtud de los buenos” (BERNARDO DE CLARAVALL, 1955, p. 857).

Essa construção teológica desenvolvida no *De Laude Novae Militiae* encontra nas Escrituras seu principal fundamento. Bernardo não utiliza os textos bíblicos apenas como recurso ilustrativo, mas como o eixo de sua argumentação. É a partir da autoridade da Bíblia que o autor procura legitimar a "nova cavalaria", associando o exercício das armas à defesa da fé cristã.

Ao longo do *De Laude Novae Militiae*, Bernardo recorre continuamente a passagens do Antigo e do Novo Testamento para justificar a atuação militar dos Templários. Na edição analisada, entre as páginas 852 e 881, identificam-se aproximadamente setenta e oito referências bíblicas, diretas e indiretas, o que evidencia que sua argumentação é construída a partir da autoridade das Escrituras.

A frequência dessas referências demonstra que Bernardo não buscava apresentar uma interpretação completamente nova da fé cristã. Seu objetivo era mostrar que a proposta da nova cavalaria estava fundamentada nas próprias Escrituras e em continuidade com a tradição da Igreja. Ao recorrer constantemente aos textos bíblicos, o abade conferia autoridade ao seu discurso e respondia às críticas dirigidas à atividade militar, sustentando que o combate realizado em defesa da fé possuía fundamento na revelação cristã.

Para justificar o exercício das armas, Bernardo recorre, inicialmente, a passagens que reconhecem a profissão militar como compatível com a tradição cristã. Ao citar Lucas 3:14, recorda que João Batista não ordena aos soldados que abandonem sua função, mas apenas que ajam com justiça e se contentem com seu soldo. A partir dessa interpretação, o abade sustenta que a condição de soldado, por si só, não impede a salvação. Em seguida, recorre a exemplos do Antigo Testamento para reforçar que a vitória em combate não depende apenas da força dos exércitos, mas, sobretudo, da vontade de Deus.

Essa passagem é especialmente importante porque representa um dos poucos momentos em que o Novo Testamento aborda diretamente a profissão militar. Em vez de exigir que os soldados abandonassem as armas, João Batista orienta apenas uma mudança de conduta, recomendando que agissem com justiça, honestidade e se contentassem com o próprio soldo. Bernardo interpreta esse episódio como uma demonstração de que o exercício da atividade militar não era condenado em si mesmo, mas apenas quando motivado pela violência injusta, pela ambição ou por interesses pessoais.

Ao mencionar I Macabeus 3:18-19, Bernardo afirma que "[...] la victoria de la guerra no viene del gran número de soldados, sino del favor del cielo" (BERNARDO DE CLARAVAL, 1955, p. 861). A referência ao livro dos Macabeus aproxima simbolicamente os templários dos antigos defensores do povo de Deus. Assim como os judeus combateram para preservar sua religião diante dos invasores, os cavaleiros cristãos são apresentados como continuadores dessa missão sagrada. A vitória, portanto, não resulta da superioridade militar, mas da fidelidade à vontade de Deus.

Essa interpretação reduz a importância da glória individual do cavaleiro e atribui o resultado da batalha à providência divina, reforçando que o guerreiro deve agir sempre sob a autoridade de Deus. Essa mesma lógica fundamenta o conceito de "malecídio". Para sustentar a segurança espiritual do templário, Bernardo recorre às palavras do apóstolo Paulo em Romanos 14:8: "[...] Vivamos o muramos, somos de Dios" (BERNARDO DE CLARAVAL, 1955, p. 855). A partir dessa passagem, argumenta que o cavaleiro de Cristo pertence ao Senhor tanto na vida quanto na morte. Por isso, o templário não combate movido pela ambição ou por interesses pessoais, mas atua como instrumento da justiça divina.

Outro elemento importante da argumentação bernardina refere-se à disciplina moral do guerreiro. Para Bernardo, o combate exterior deveria ser acompanhado por uma luta interior contra os vícios e as paixões mundanas. A nova cavalaria, portanto, não deveria agir movida pela vanglória ou pela violência descontrolada, mas pela obediência espiritual e pelo serviço à fé cristã. Nesse sentido, a vida do templário não se distinguia apenas pela prática militar, mas também pela disciplina religiosa que orientava seu cotidiano. Essa dimensão ascética aproximava diretamente o cavaleiro da vida monástica, evidenciando a influência da espiritualidade cisterciense na construção da figura do cavaleiro ideal.

A relação entre guerra e redenção aparece ainda associada à mística da Terra Santa. Bernardo utiliza referências ao profeta Isaías para apresentar Jerusalém como um espaço sagrado da Cristandade, reforçando o caráter espiritual das Cruzadas. Nesse contexto, a Terra Santa não era compreendida apenas como o lugar onde vivera Cristo, mas como um território cuja defesa possuía profundo significado religioso. Por isso, o combate travado nesse espaço adquiria valor penitencial e simbólico, transformando a peregrinação armada em uma expressão concreta da fé cristã e da devoção dos cavaleiros.

A centralidade atribuída à Terra Santa também desempenha papel decisivo na construção da espiritualidade templária. Jerusalém não era compreendida apenas como um espaço geográfico, mas como o local onde haviam ocorrido os principais acontecimentos da história da salvação cristã. Defender esse território significava proteger simbolicamente a memória da vida, da paixão e da ressurreição de Cristo. Nesse contexto, a guerra deixava de ser entendida apenas como uma ação militar e passava a assumir um significado religioso. Dessa forma, o combate adquiria uma dimensão penitencial que ultrapassava os objetivos militares imediatos.

A centralidade atribuída à Terra Santa também desempenha papel decisivo na construção da espiritualidade templária. Jerusalém não era compreendida apenas como um espaço geográfico, mas como o local onde haviam ocorrido os principais acontecimentos da história da salvação cristã. Defender esse território significava proteger simbolicamente a memória da vida, da paixão e da ressurreição de Cristo. Assim, a guerra deixava de ser entendida apenas como uma ação militar e passava a assumir um significado religioso. O combate adquiria, portanto, uma dimensão penitencial que ultrapassava os objetivos militares imediatos.

Nesse processo, observa-se que a originalidade do pensamento bernardino não reside apenas na criação da figura do monge-guerreiro, mas na construção de uma nova compreensão sobre o guerreiro cristão. O templário deixa de ser definido apenas por sua capacidade militar e passa a ser reconhecido por sua disciplina espiritual, por sua obediência e pela intenção que orienta suas ações. A guerra, portanto, deixa de constituir um obstáculo inevitável à salvação para tornar-se, em determinadas circunstâncias, um caminho de santificação.

É justamente essa reformulação que faz do *De Laude Novae Militiae* uma das principais obras para compreender a relação entre religião, violência e poder na Cristandade medieval. Ao

articular a tradição bíblica, a espiritualidade monástica e os ideais das Cruzadas, Bernardo ofereceu uma fundamentação teológica capaz de legitimar a atuação das ordens militares e de redefinir o papel do guerreiro dentro da sociedade cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira Bernardo de Claraval contribuiu para a construção da ideia de "salvação bélica" por meio do tratado *De Laude Novae Militiae*. Para isso, buscou-se analisar o contexto histórico em que o documento foi elaborado, as transformações vividas pela Igreja entre os séculos XI e XII e os principais fundamentos teológicos utilizados pelo autor para legitimar a atuação dos cavaleiros cristãos.

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa demonstrou que essa concepção não surgiu de forma isolada nem pode ser atribuída exclusivamente à atuação de São Bernardo de Claraval. Sua elaboração esteve inserida em um processo histórico mais amplo, marcado pelo fortalecimento institucional da Igreja, pela ampliação da autoridade papal e pelo contexto das Cruzadas. Nesse período, a Cristandade passou por profundas transformações, que exigiram novas interpretações acerca da relação entre fé, poder e violência.

O primeiro capítulo permitiu compreender que a influência da Igreja medieval ultrapassava os limites da esfera religiosa. A instituição exercia autoridade sobre diferentes aspectos da vida política, econômica e social, orientando comportamentos, estabelecendo normas e legitimando formas de organização da sociedade. Essa posição tornou possível que a guerra, em determinadas circunstâncias, deixasse de ser compreendida apenas como um conflito político e passasse a ser apresentada como instrumento de defesa da fé cristã.

Nesse contexto, as Cruzadas desempenharam papel decisivo ao aproximar combate e espiritualidade. A necessidade de proteger os lugares considerados sagrados, garantir a segurança dos peregrinos e fortalecer a unidade da Cristandade favoreceu o surgimento de novas interpretações sobre o exercício da violência. A guerra passou a adquirir um significado religioso cada vez mais evidente, criando as condições para o aparecimento das ordens militares e para a formulação de justificativas teológicas capazes de legitimar sua atuação.

Foi justamente nesse cenário que Bernardo de Claraval desenvolveu sua principal contribuição. O *De Laude Novae Militiae* não constituiu apenas um texto de exaltação à Ordem dos Templários, mas uma reflexão voltada à construção de uma nova compreensão da atividade guerreira. Ao elaborar o conceito de *Novum Militiae Genus*, Bernardo redefiniu a identidade do cavaleiro cristão, aproximando o universo monástico do universo militar. O guerreiro deixava de combater em busca de prestígio pessoal e passava a exercer uma missão religiosa subordinada à autoridade da Igreja.

Essa nova compreensão encontra sua expressão mais significativa na formulação do conceito de "malecídio". Ao distinguir o homicídio comum da eliminação daqueles considerados inimigos da fé, Bernardo procurou demonstrar que o uso das armas, quando orientado pela defesa da Cristandade e realizado sob autoridade legítima, não representava um obstáculo à salvação. O combate deixava de ser interpretado apenas como manifestação da violência e passava a integrar um projeto religioso de defesa da fé.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se ao papel desempenhado pelas Escrituras na construção dessa argumentação. A análise do tratado demonstrou que Bernardo fundamentou sua interpretação em numerosas referências ao Antigo e ao Novo Testamento. O recurso constante aos textos bíblicos conferia autoridade às suas formulações e permitia apresentar a nova cavalaria como compatível com a tradição cristã. Dessa forma, o tratado não apenas justificava a atuação dos Templários, mas procurava demonstrar que sua existência encontrava respaldo na própria revelação cristã.

A pesquisa também permitiu compreender que a consolidação da Ordem dos Templários não dependeu apenas de sua atuação militar na Terra Santa. Sua aceitação pela Cristandade esteve diretamente relacionada à construção de um discurso capaz de legitimar sua existência diante da doutrina da Igreja. Nesse aspecto, o *De Laude Novae Militiae* desempenhou papel importante ao oferecer à Ordem uma identidade religiosa que ultrapassava suas funções militares e a integrava ao projeto político e espiritual da Cristandade.

Do ponto de vista historiográfico, este estudo evidencia a importância de compreender os discursos religiosos como construções históricas. O pensamento de Bernardo de Claraval respondeu às necessidades concretas de seu tempo e revela como a produção intelectual medieval participou diretamente da organização da sociedade. Suas formulações demonstram que ideias religiosas não apenas expressam crenças, mas também podem orientar comportamentos, legitimar instituições e atribuir novos significados às práticas sociais.

Por essa razão, compreender o pensamento bernardino exige considerar a forma como os homens medievais concebiam a realidade. Na Cristandade dos séculos XI e XII, religião, política, justiça e organização social constituíam dimensões inseparáveis. A guerra, portanto, não pode ser analisada apenas sob uma perspectiva militar, pois estava inserida em um universo no qual o sagrado orientava diferentes aspectos da vida coletiva. É dentro dessa lógica que a proposta de Bernardo de Claraval adquire sentido histórico.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar os estudos sobre as relações entre religião, poder e violência na Idade Média. A análise do *De Laude Novae Militiae* demonstra que a chamada "salvação bélica" constituiu uma elaboração teológica voltada a

responder aos desafios enfrentados pela Igreja no contexto das Cruzadas. Mais do que justificar a atuação da Ordem do Templo, Bernardo de Claraval formulou uma nova interpretação da atividade guerreira, transformando o combate, quando subordinado à defesa da fé, em um possível caminho para a salvação. Dessa maneira, sua obra permanece como uma das principais referências para compreender a articulação entre espiritualidade, guerra e poder na Cristandade medieval.

REFERÊNCIAS

BERNARDO DE CLARAVAL. De la Excelencia de la Nueva Milicia. In: _____. **Obras Completas de San Bernardo**. Edición Española preparada por el P. Gergorio Diez Ramos, O.S.B. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955. 2 v. V. 2. p. 853-880.

DEMURGER, Alain. **Os templários: uma cavalaria cristã na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2001.

FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Tradução: Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

SALLES, Bruno Tadeu. **A conquista do Paraíso se faz pela guerra: São Bernardo de Claraval e sua concepção acerca da luta e da cavalaria (1090-1153)**. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História medieval**. São Paulo: Contexto, 2019. (Coleção História na universidade).

Figuras

NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. **Catedrais góticas da Europa: o resultado de um esforço colectivo**. 2024. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/historia/catedrais-goticas-da-europa-o-resultado-um-esforco-colectivo_3537. Acesso em: 28 jun. 2026.

RAINHA DE TODOS OS SANTOS. **São Bernardo de Claraval: o monge que inspirou uma revolução espiritual**. 2025. Disponível em: <https://www.rainhadetodosossantos.com.br/2025/08/sao-bernardo-de-claraval-o-monge-que-inspirou-uma-revolucao-espiritual/>. Acesso em: 28 jun. 2026.